



Maio/2010



TRIBUNAL DE CONTAS DOS MUNICÍPIOS DO ESTADO DO CEARÁ

Concurso Público para provimento de cargos de
Analista de Controle Externo
Inspeção Governamental

Nome do Candidato

Caderno de Prova 'A01', Tipo 001

Nº de Inscrição

MODELO

Nº do Caderno

MODELO1

Nº do Documento

0000000000000000

ASSINATURA DO CANDIDATO

00001-0001-0001

P R O V A

Conhecimentos Gerais
Conhecimentos Específicos

INSTRUÇÕES

- Verifique se este caderno:
 - corresponde a sua opção de cargo.
 - contém 100 questões, numeradas de 1 a 100.Caso contrário, reclame ao fiscal da sala um outro caderno.
Não serão aceitas reclamações posteriores.
- Para cada questão existe apenas UMA resposta certa.
- Você deve ler cuidadosamente cada uma das questões e escolher a resposta certa.
- Essa resposta deve ser marcada na FOLHA DE RESPOSTAS que você recebeu.

VOCÊ DEVE

- Procurar, na FOLHA DE RESPOSTAS, o número da questão que você está respondendo.
- Verificar no caderno de prova qual a letra (A,B,C,D,E) da resposta que você escolheu.
- Marcar essa letra na FOLHA DE RESPOSTAS, conforme o exemplo: (A) ● (C) (D) (E)

ATENÇÃO

- Marque as respostas primeiro a lápis e depois cubra com caneta esferográfica de tinta preta.
- Marque apenas uma letra para cada questão, mais de uma letra assinalada implicará anulação dessa questão.
- Responda a todas as questões.
- Não será permitida qualquer espécie de consulta, nem o uso de máquina calculadora.
- Você terá 4 horas e 30 minutos para responder a todas as questões e preencher a Folha de Respostas.
- Ao término da prova, chame o fiscal da sala para devolver o Caderno de Questões e a sua Folha de Respostas.
- Proibida a divulgação ou impressão parcial ou total da presente prova. Direitos Reservados.



Fundação Carlos Chagas

**CONHECIMENTOS GERAIS****Língua Portuguesa**

Atenção: As questões de números 1 a 10 referem-se ao texto seguinte.

A rotina e a quimera (excerto)

Sempre se falou mal de funcionários, inclusive dos que passam a hora do expediente escrevindo literatura. Não sei se esse tipo de burocrata-escritor ainda existe. A racionalização do serviço público, ou o esforço para essa racionalização, trouxe modificações sensíveis ao ambiente de nossas repartições, e é de crer que as vocações literárias manifestadas à sombra de processos se hajam ressentido desses novos métodos de trabalho.

E por que se maldizia tanto o literato-funcionário? Porque desperdiçava os minutos de seu dia, reservados aos interesses da Nação, no trato de quimeras pessoais. A Nação pagava-lhe para estudar papéis obscuros e emaranhados, ordenar casos difíceis, promover medidas úteis, ouvir com benignidade as "partes". Em vez disso, nosso poeta afinava a lira, nosso romancista convocava suas personagens, e toca a povoar o papel da repartição com palavras. Figuras e abstrações que em nada adiantam à sorte do público. É bem verdade que esse público, logo em seguida, ia consolar-se de suas penas na trova do poeta ou no mundo imaginado pelo ficcionista.

O certo é que um e outro são inseparáveis, ou antes, o funcionário determina o escritor. O emprego do Estado concede com que viver, de ordinário sem folga, e essa é condição ideal para bom número de espíritos: certa mediania que elimina os cuidados imediatos, porém não abre perspectiva de ócio absoluto. O indivíduo tem apenas a calma necessária para refletir na mediocridade de uma vida que não conhece a fome nem o fausto; sente o peso dos regulamentos, que lhe compete observar ou fazer observar; o papel barra-lhe a vista dos objetos naturais, como uma cortina parda. É então que intervém a imaginação criadora, para fazer desse papel precisamente o veículo de fuga, sorte de tapete mágico, em que o funcionário embarca, arrebatando consigo a doce ou amarga invenção, que irá maravilhar outros indivíduos, igualmente prisioneiros de outras rotinas, por este vasto mundo de obrigações não escolhidas.

(Carlos Drummond de Andrade, **Passeios na ilha**)

1. Na perspectiva do cronista Carlos Drummond de Andrade, as instâncias da *rotina* e da *quimera*
 - (A) constituem planos inconciliáveis, entre os quais se movimentam os burocratas do serviço público.
 - (B) podem compor-se solidariamente na vida de um funcionário, a primeira determinando a segunda.
 - (C) constituem inclinações drasticamente antagônicas, pelo que a primeira acaba por extinguir a segunda.
 - (D) representam, na vida de um artista, planos imaginários para os quais ele tem o hábito de se deslocar.
 - (E) conciliam-se numa harmonia plena, uma vez que a segunda realiza o talento para a primeira.

2. Atente para as seguintes afirmações:

- I. No 1º parágrafo, o autor faz crer que as rotinas das repartições públicas influíram de algum modo nas vocações literárias dos funcionários.
- II. No 2º parágrafo, o cronista considera a contradição que existe entre maldizer o literato-funcionário e consolar-se com o que ele criou como escritor.
- III. No 3º parágrafo, o autor afirma que a condição da *mediania*, vivida pelo funcionário público, pode ser a ideal para estimulá-lo como criador, favorecendo sua imaginação.

Em relação ao texto, está correto o que se afirma em

- (A) I, II e III.
- (B) I e II, apenas.
- (C) I e III, apenas.
- (D) II e III, apenas.
- (E) II, apenas.

3. A *mediania* a que se refere o cronista no 3º parágrafo pode ser adequadamente esclarecida por meio do seguinte segmento do texto:

- (A) *A racionalização do serviço público (...) trouxe modificações sensíveis ao ambiente de nossas repartições (...)*
- (B) *(...) esse público, logo em seguida, ia consolar-se de suas penas na trova do poeta ou no mundo imaginado pelo ficcionista.*
- (C) *(...) intervém a imaginação criadora (...) arrebatando consigo a doce ou amarga invenção (...)*
- (D) *(...) apenas a calma necessária para refletir na mediocridade de uma vida que não conhece a fome nem o fausto (...).*
- (E) *Figuras e abstrações que em nada adiantam à sorte do público.*



4. Considerando-se o contexto, traduz-se adequadamente o sentido de um segmento em:
- (A) *trouxe modificações sensíveis* (1^o parágrafo) = acarretou pungentes transformações.
- (B) *se hajam ressentido desses novos métodos de trabalho* (1^o parágrafo) = se tenham aprimorado com essas práticas inabituais.
- (C) *nosso poeta afinava a lira* (2^o parágrafo) = o poeta-funcionário aprestava-se para escrever.
- (D) *de ordinário sem folga* (3^o parágrafo) = parco e sem descanso.
- (E) *sorte de tapete mágico* (3^o parágrafo) = beneplácito ilusório.
-
5. Carlos Drummond de Andrade, nessa crônica, não deixa de argumentar em favor da seguinte convicção:
- (A) Caso um funcionário público fosse liberado de sua rotina, seus projetos literários ganhariam corpo e qualidade.
- (B) A condição da mediania, que um funcionário encarna de modo exemplar, leva-o a escrever para registrar sua rotina.
- (C) O público leitor apenas se identifica com um escritor quando este imerge na rotina para valorizá-la enquanto tal.
- (D) Por não conhecer a fome nem o fausto, o escritor-funcionário independe da imaginação para produzir literatura.
- (E) As condições rotineiras de uma repartição pública são propícias para uma criação literária de interesse geral.
-
6. As normas de concordância verbal estão plenamente observadas na frase:
- (A) Não se costumam reconhecer nos funcionários-escritores talento artístico, quando são pegos a escrever literatura na repartição.
- (B) São injustas as razões pelas quais se maldizem, costumeiramente, a atividade literária de um funcionário público.
- (C) Como a um funcionário não se oferecem a fome e o fausto, ele se aproveita dessa condição para desenvolver seu imaginário.
- (D) Dão uma bela resposta às obrigações não escolhidas, de que é feito o nosso mundo, o talento dos escritores-funcionários.
- (E) Cabem a nós, zelosos fiscais das repartições públicas, determinar se nossos funcionários devem ou não produzir literatura?
-
7. Está clara e correta a redação deste livre comentário sobre o texto:
- (A) Sendo também ele próprio funcionário público e escritor, Carlos Drummond de Andrade escreveu uma crônica aonde fala de tal caso.
- (B) Boa parte dos nossos maiores escritores, como Machado de Assis e José de Alencar, testemunham a tese de cuja trata a presente crônica.
- (C) O aparente ócio de que reveste a vida nas repartições pode dissimular o labor de um funcionário, inclusive do pendor criativo de um escritor.
- (D) O cronista sugere que mesmo o tédio que marca a vida de uma repartição pública pode ser um impulso para a criação literária.
- (E) O fato de haver tanta rotina numa repartição não implica de que um funcionário não deixe de cumprir seu ofício de escritor criativo.
-
8. Está inteiramente adequada a correlação entre tempos e modos verbais na frase:
- (A) Fosse todos os funcionários públicos grandes escritores, estará comprovada a tese de que a rotina acabe por levar ao ato criativo.
- (B) Sugere-se no texto que, mesmo quando um funcionário não é exemplar em sua função, pode ainda assim ser um grande ficcionista ou poeta.
- (C) Se Machado de Assis e outros não tivessem sido bons funcionários e geniais escritores, debilita-se a tese defendida nessa crônica.
- (D) Poetas e ficcionistas, quando eram atingidos pela rotina das antigas repartições, haviam-se disposto a cultivar seus respectivos gêneros.
- (E) Ao escreverem boas páginas de literatura, os funcionários criavam laços de cumplicidade com os leitores que venham a cativar.
-
9. Está plenamente adequada a pontuação da seguinte frase:
- (A) A rotina, afirmam alguns, é inimiga da criatividade, mas essa tese, segundo o cronista, é uma falácia: basta ver o que já ocorreu em nossa literatura.
- (B) A rotina, afirmam alguns: é inimiga da criatividade; mas essa tese segundo o cronista é uma falácia, basta ver o que já ocorreu em nossa literatura.
- (C) A rotina – afirmam alguns – é inimiga da criatividade: mas essa tese, segundo o cronista, é uma falácia, basta ver o que já ocorreu, em nossa literatura.
- (D) A rotina, afirmam alguns, é inimiga da criatividade; mas essa tese segundo o cronista, é uma falácia, basta ver, o que já ocorreu em nossa literatura.
- (E) A rotina, afirmam alguns, é inimiga da criatividade mas, essa tese, segundo o cronista, é uma falácia: basta ver o que já ocorreu, em nossa literatura.



10. O emprego do Estado concede com que viver, de ordinário sem folga, e essa é condição ideal para bom número de espíritos: certa mediania que elimina os cuidados imediatos, porém não abre perspectiva de ócio absoluto.

Não há prejuízo para o sentido e para a correção do trecho acima caso se substituam os elementos sublinhados, respectivamente, por:

- (A) faz concessões para se viver- não abre espaço para o prazer
- (B) aceita que bem se viva - impede a visão mais ociosa
- (C) admite que se queira viver - tolhe o caminho de toda a folga
- (D) pressupõe o necessário - interdita os planos ociosos
- (E) traz o suficiente para se viver - não cria expectativa de folga plena

Informática

Instruções: Para responder às questões de números 11 a 15, considere as informações a seguir.

Os aplicativos são considerados sempre na originalidade da versão referenciada e não quaisquer outras passíveis de modificação (customização, parametrização etc.) feita pelo usuário. Quando não explicitado nas questões, as versões utilizadas nesta prova são: Sistemas operacionais Windows XP edição doméstica (Português), modo clássico e Linux (distribuições Red Hat e SUSE); aplicativos do BrOffice.org 3.1 (Calc e Writer); Mouse padrão destro.

11. Ao teclar <ctrl> + <alt> + simultaneamente na área de trabalho do Windows (desktop), é apresentada a janela denominada

- (A) Barra de ferramentas.
- (B) Barra de tarefas.
- (C) Gerenciador de tarefas do Windows.
- (D) Gerenciador de dispositivos do Windows.
- (E) Propriedades de Vídeo.

12. Remove arquivos no Linux o comando

- (A) pwd
- (B) mkdir
- (C) cd
- (D) rm
- (E) tar

13. A contagem dos caracteres digitados (incluindo-se os espaços entre estes) em um documento elaborado no Writer é possibilitada por uma das opções do menu

- (A) Arquivo.
- (B) Ferramentas.
- (C) Editar.
- (D) Formatar.
- (E) Exibir.

14. Caso seja necessário visualizar a quebra de página em uma planilha Calc, esta opção está disponível no menu

- (A) Inserir.
- (B) Editar.
- (C) Arquivo.
- (D) Formatar.
- (E) Exibir.

15. Em uma planilha Calc o conteúdo inicial das células é:

	A	B	C
1	35	36	=A1+B1
2	49	37	

Ao arrastar a célula C1 para a C2 pela alça de preenchimento, C2 conterá uma fórmula cujo resultado será

- (A) 86
- (B) 85
- (C) 84
- (D) 73
- (E) 72

Direito Constitucional

16. Proposta de emenda à Constituição visando acrescer o direito à alimentação ao rol dos direitos fundamentais é apresentada pelo Presidente da República ao Congresso Nacional. Iniciada a votação pela Câmara dos Deputados, a proposta obtém a aprovação de 365 e 290 membros, em primeiro e segundo turnos, respectivamente. Nessa hipótese,

- (A) a proposta deverá ser submetida à apreciação do Senado Federal, para votação em dois turnos.
- (B) a proposta é considerada rejeitada, não podendo a matéria ser objeto de nova proposta na mesma sessão legislativa.
- (C) a proposta sequer poderia ter sido submetida a deliberação, por versar sobre direito fundamental.
- (D) a votação deveria ter começado no Senado Federal, por se tratar de proposta de iniciativa do Presidente da República.
- (E) o Presidente da República não possui iniciativa para apresentar a proposta, por versar sobre matéria de competência exclusiva do Congresso Nacional.



17. Na hipótese de o Tribunal de Justiça do Estado dar provimento a representação para prover a execução de lei, ordem ou decisão judicial, extrai-se da Constituição da República que
- (A) o decreto de intervenção deverá ser submetido à apreciação da Assembleia Legislativa no prazo de vinte e quatro horas.
- (B) a Assembleia Legislativa será convocada em caráter extraordinário para apreciar a decretação da intervenção, no prazo de setenta e duas horas, caso esteja em recesso.
- (C) a decretação de intervenção do Estado no Município fica vedada e somente será admitida no caso de a dívida fundada deixar de ser paga, sem motivo de força maior, por dois anos consecutivos.
- (D) as autoridades eventualmente afastadas de seus cargos a estes voltarão, sem exceção, uma vez cessados os motivos da intervenção.
- (E) o decreto limitar-se-á a suspender a execução do ato impugnado, se essa medida bastar ao restabelecimento da normalidade.
-
18. Ao dispor sobre finanças públicas, a Constituição da República autoriza
- (A) o início de programas ou projetos não incluídos na lei orçamentária anual, mediante prévia autorização do Presidente da República.
- (B) a realização de operações de créditos que excedam o montante das despesas de capital, quando permitidas mediante créditos suplementares ou especiais com finalidade precisa, aprovados pelo Poder Legislativo por um terço de seus membros.
- (C) a abertura de crédito extraordinário somente para atender a despesas imprevisíveis e urgentes, como as decorrentes de guerra, comoção interna ou calamidade pública, por medida provisória.
- (D) a realização de despesas ou a assunção de obrigações diretas que excedam os créditos orçamentários ou adicionais.
- (E) a utilização, mediante autorização legislativa genérica, de recursos dos orçamentos fiscal e da seguridade social para suprir necessidade ou cobrir *déficit* de empresas, fundações e fundos.
-
19. No caso de órgão da administração direta estadual praticar ato que contrarie enunciado de súmula vinculante do Supremo Tribunal Federal,
- (A) caberá reclamação ao Supremo Tribunal Federal, após esgotamento das vias administrativas.
- (B) o Supremo Tribunal Federal proferirá decisão, em sede de reclamação, que substituirá o ato administrativo impugnado.
- (C) nada há a ser feito, uma vez que somente as instâncias inferiores do Judiciário se submetem à súmula vinculante, e não a Administração.
- (D) os legitimados para a propositura de revisão ou cancelamento da súmula estarão habilitados a impugnar o ato perante o órgão da administração estadual.
- (E) poderá o Supremo Tribunal Federal, pelo voto de dois terços de seus Ministros, restringir a eficácia da súmula vinculante, mediante requerimento da autoridade dirigente do órgão estadual.
-
20. Sobre os princípios gerais da atividade econômica na Constituição da República, considere:
- I. A Constituição não admite outras hipóteses de exploração direta de atividade econômica pelo Estado, senão quando necessária aos imperativos da segurança nacional ou a relevante interesse coletivo, conforme definidos em lei.
- II. Como agente normativo e regulador da atividade econômica, o Estado exercerá, na forma da lei, as funções de fiscalização, incentivo e planejamento, sendo este determinante para o setor público e indicativo para o setor privado.
- III. As empresas públicas e sociedades de economia mista terão seu estatuto jurídico fixado por lei, que poderá estabelecer, nas hipóteses autorizadas pela Constituição, privilégios fiscais não extensíveis às empresas do setor privado.
- Está correto o que se afirma APENAS em
- (A) II e III.
- (B) I e II.
- (C) III.
- (D) II.
- (E) I.
-
- Direito Administrativo**
21. Leilão é modalidade licitatória aplicável para
- (A) alienação de bens móveis de qualquer valor.
- (B) aquisição de bens de natureza comum.
- (C) alienação de obras de arte e produtos penhorados, desde que em valor inferior a R\$ 150.000,00.
- (D) alienação de bens móveis inservíveis e imóveis adquiridos em procedimento judicial.
- (E) alienação de bens móveis avaliados em até R\$ 80.000,00 (oitenta mil reais) e imóveis avaliados em até R\$ 150.000,00 (cento e cinquenta mil reais).
-
22. Os contratos administrativos podem ser rescindidos,
- (A) unilateralmente, pela Administração, apenas quando ocorra o descumprimento de obrigação assumida pelo contratado.
- (B) unilateralmente, pela Administração ou pelo contratado, por descumprimento de obrigação contratual ou razões de interesse público.
- (C) amigavelmente, por acordo entre as partes, desde que haja conveniência da Administração.
- (D) apenas unilateralmente pela Administração, não sendo admitida rescisão amigável.
- (E) unilateralmente, pela Administração, por razões de interesse público e, nas demais hipóteses de conveniência e oportunidade, obrigatoriamente por decisão judicial.



<p>23. Os bens públicos são classificados em</p> <p>(A) de domínio privado do Estado, divididos em de uso especial e de uso comum do povo; e de domínio público, também denominados bens dominicais.</p> <p>(B) de uso comum do povo, de uso especial e dominicais, sempre inalienáveis, imprescritíveis e impenhoráveis.</p> <p>(C) disponíveis e indisponíveis, em decorrência da forma de aquisição da propriedade pela Administração.</p> <p>(D) de domínio público do Estado, podendo caracterizar-se como de uso especial e de uso comum do povo, e de domínio privado do Estado, denominados bens dominicais.</p> <p>(E) de domínio público e de domínio privado, sendo apenas os de domínio público passíveis de utilização pelo particular sob a forma de concessão ou permissão de uso.</p>	<p style="text-align: center;">Direito Financeiro</p> <p>26. Sobre os projetos de lei relativos ao plano plurianual, às diretrizes orçamentárias e ao orçamento anual, a Constituição Federal disciplina que</p> <p>(A) não são admitidas emendas aos projetos de lei apresentados pelo Chefe do Executivo.</p> <p>(B) serão apreciados pelas Comissões de Constituição e Justiça da Câmara e do Senado.</p> <p>(C) comissão mista permanente de Deputados e Senadores emitirá parecer sobre os projetos de lei orçamentária.</p> <p>(D) comissão mista permanente de Deputados e Senadores votará os projetos de lei orçamentária em sessão unicameral.</p> <p>(E) a iniciativa de tais projetos de lei é exclusiva da comissão mista permanente de Deputados e Senadores.</p>
<p>24. As sociedades de economia mista e as empresas públicas</p> <p>(A) estão sujeitas ao mesmo regime jurídico das empresas privadas, inclusive no que diz respeito a matéria tributária e trabalhista.</p> <p>(B) não estão submetidas ao princípios da Administração pública, exceto quando prestadoras de serviço público.</p> <p>(C) sujeitam-se ao regime jurídico de direito público, quando prestadoras de serviço público, e ao regime de direito privado, quando exploradoras de atividade econômica.</p> <p>(D) sujeitam-se ao mesmo regime jurídico das fundações públicas, exceto no que diz respeito à matéria de pessoal.</p> <p>(E) estão sujeitas ao mesmo regime jurídico das empresas privadas, exceto no que diz respeito a matéria tributária e trabalhista.</p>	<p>27. É competência constitucional do Tribunal de Contas da União</p> <p>(A) julgar as contas prestadas anualmente pelo Presidente da República.</p> <p>(B) apreciar as contas dos administradores e demais responsáveis por dinheiros, bens e valores públicos da administração direta e da indireta, mediante parecer prévio.</p> <p>(C) instaurar inquérito administrativo para punir responsáveis por irregularidades ou abusos apurados.</p> <p>(D) propor ao Congresso Nacional a aplicação de sanções previstas em lei aos responsáveis, em caso de ilegalidade de despesa ou irregularidade de contas.</p> <p>(E) apreciar, para fins de registro, a legalidade dos atos de admissão de pessoal, a qualquer título, na administração direta e indireta.</p>
<p>25. A declaração de caducidade em um contrato de concessão de serviços públicos</p> <p>(A) depende de prévia indenização, apurada em processo administrativo.</p> <p>(B) ocorre, entre outras hipóteses, quando a concessionária seja condenada por sonegação de tributos, em sentença transitada em julgado.</p> <p>(C) impõe-se quando constatada a inexecução total ou parcial do contrato de concessão.</p> <p>(D) necessita de prévia autorização legislativa.</p> <p>(E) acarreta a responsabilidade solidária do poder concedente pelas obrigações trabalhistas da concessionária.</p>	<p>28. Considerando a técnica de realização de despesa é correto afirmar que</p> <p>(A) a liquidação consiste na verificação do direito adquirido pelo credor com base nos títulos ou documentos comprobatórios do crédito.</p> <p>(B) por meio do empenho se verifica a origem e o objeto do que se deve pagar.</p> <p>(C) a ordem de pagamento por fornecimentos feitos tem por base os comprovantes de entrega de material.</p> <p>(D) não se admite empenho global de despesas contratuais sujeitas a parcelamento.</p> <p>(E) o empenho da despesa se dá após sua regular liquidação.</p>



29. Sobre despesa com seguridade social, é correto afirmar que
- (A) engloba apenas as despesas com previdência e assistência social.
 - (B) todo aumento de despesa com seguridade social deve vir acompanhado de estimativa do impacto orçamentário-financeiro no exercício em que deva entrar em vigor e nos dois subsequentes.
 - (C) a concessão de benefício a quem satisfaça as condições de habilitação previstas na legislação pertinente não caracteriza aumento de despesa.
 - (D) o reajustamento de valor do benefício ou serviço, a fim de preservar o seu valor real, é aumento de despesa que dispensa estimativa do impacto orçamentário-financeiro e demonstração da origem dos recursos.
 - (E) não se estende à prestação de serviço, mas apenas a pagamento de benefícios de previdência e assistência social.

30. Sobre a disciplina legal das operações de crédito, é correto afirmar que
- (A) será admitida a contratação somente se tiver existência prévia e expressa de autorização no plano plurianual e na lei de diretrizes orçamentárias.
 - (B) é vedada a operação de crédito entre um ente da Federação e outro, de forma direta ou por intermédio de entes da administração indireta, salvo exceções previstas na Lei de Responsabilidade Fiscal.
 - (C) é vedada a compra de títulos da dívida da União pelos Estados e Municípios, como aplicação de suas disponibilidades.
 - (D) só é permitida a operação de crédito entre uma instituição financeira estatal e o ente da Federação que a controle, na qualidade de beneficiário do empréstimo.
 - (E) é permitida a assunção de obrigação, sem autorização orçamentária, com fornecedores para pagamento *a posteriori* de bens e serviços, por não caracterizar operação de crédito.

Controle Externo

31. Identificada possível irregularidade na celebração de contrato de prestação de serviços por órgão da administração direta federal, prevê a Constituição da República que
- (A) o Tribunal de Contas da União sustará a execução do contrato, comunicando a decisão à Câmara dos Deputados e ao Poder Judiciário.
 - (B) a Câmara dos Deputados aplicará aos responsáveis as sanções previstas na Constituição e em lei.
 - (C) o ato de sustação será adotado diretamente pelo Congresso Nacional, que solicitará ao Poder Executivo as medidas cabíveis.
 - (D) o Tribunal de Contas da União procederá à tomada de contas do Presidente da República, devendo julgá-las num prazo de 60 dias a contar de seu recebimento, independentemente de outras manifestações.
 - (E) a Comissão mista permanente de orçamento determinará à autoridade responsável que sane a irregularidade e, se não atendida em 5 dias, promoverá a sustação do contrato.

32. Considere as seguintes afirmações relativas às regras constitucionais sobre controle externo:

- I. O Congresso Nacional, mediante controle externo, com o auxílio do Tribunal de Contas da União, exercerá fiscalização contábil, financeira, orçamentária, operacional e patrimonial da União e das entidades da administração direta e indireta, quanto à legalidade, legitimidade e economicidade.
- II. Prestará contas qualquer pessoa física ou jurídica, pública ou privada, que utilize, arrecade, guarde, gerencie ou administre dinheiros, bens e valores públicos ou pelos quais a União responda, ou que, em nome desta, assumira obrigações de natureza pecuniária.
- III. Qualquer cidadão, partido político, associação ou sindicato é parte legítima para, na forma da lei, denunciar irregularidades ou ilegalidades perante o Tribunal de Contas da União.

Está correto o que se afirma em

- (A) I, apenas.
- (B) II, apenas.
- (C) III, apenas.
- (D) I e II, apenas.
- (E) I, II e III.

33. Ao dispor sobre a eficácia das decisões do Tribunal de Contas dos Municípios do Estado do Ceará, estabelece o artigo 23 de sua Lei Orgânica:

“Art. 23. A decisão definitiva será formalizada nos termos estabelecidos no Regimento Interno, por acórdão, cuja publicação no Diário Oficial do Estado constituirá objeto para:

(...)

III. no caso de contas irregulares:

(...)

b) inscrever-se o débito na Dívida Ativa;

c) que o título possua caráter executivo bastante para a cobrança judicial da dívida decorrente do débito ou da multa se não recolhida, no prazo, pelo responsável e após inscrita regularmente na Dívida Ativa; (...)”

O dispositivo legal, acima transcrito,

- (A) afronta a disciplina constitucional da matéria, segundo a qual o titular da função de controle externo é o Poder Legislativo, e não o Tribunal de Contas.
- (B) é compatível com a disciplina constitucional da matéria, da qual decorre que as decisões dos Tribunais de Contas de que resultem imputação de débito ou multa terão eficácia de título executivo.
- (C) é incompatível com a natureza de órgão auxiliar das Casas do Poder Legislativo de que se revestem as Cortes de Contas no sistema brasileiro de controle externo.
- (D) é compatível com a disciplina constitucional da matéria, apenas no que diz respeito à inscrição do débito em dívida ativa, mas não à sua característica de título executivo passível de cobrança judicial.
- (E) não condiz com a natureza jurídica da Corte de Contas, na medida em que somente decisões proferidas por órgãos pertencentes à estrutura do Poder Judiciário poderiam revestir-se do caráter de executividade.



34. Compete ao Tribunal de Contas dos Municípios do Estado do Ceará, nos termos de sua Lei Orgânica,

- (A) julgar as contas dos administradores, exceto as das Mesas das Câmaras Municipais, e demais responsáveis por dinheiro, bens e valores públicos da administração direta e indireta municipal.
- (B) realizar, desde que mediante determinação da Câmara Municipal, inspeções e auditorias de natureza contábil, financeira, orçamentária, operacional e patrimonial, nas unidades administrativas dos poderes Legislativo e Executivo municipais.
- (C) encaminhar à Assembleia Legislativa Estadual, anualmente, até sessenta dias após o início do exercício financeiro, relatório das atividades desenvolvidas no exercício anterior.
- (D) decidir sobre consulta que lhe seja formulada por autoridade competente, a respeito de dúvida suscitada na aplicação de dispositivos legais e regulamentares concernentes à matéria de sua competência, na forma estabelecida no Regimento Interno.
- (E) conceder licença, férias e outros afastamentos aos seus Conselheiros, dependendo de inspeção médica a licença para tratamento de saúde por prazo superior a três meses.

35. No exercício de atribuições relativas à fiscalização de atos, contratos, convênios e acordos celebrados por órgãos e entidades da administração municipal, o Tribunal de Contas dos Municípios do Estado do Ceará

- (A) poderá aplicar sanções previstas em lei, sem prejuízo da representação ao Ministério Público, para apreciação de responsabilidade criminal, caso lhe sejam sonegados documentos ou informações quando da realização de suas inspeções e auditorias.
- (B) dilatará prazo para que o responsável adote as providências necessárias ao exato cumprimento da lei, se verificada a ilegalidade de ato, e, se não atendido, comunicará o fato à Assembleia Legislativa, a quem compete sustar sua execução.
- (C) ordenará desde logo, a conversão do processo em Tomada de Contas Especial, em qualquer hipótese quando configurada a ocorrência de desfalque, desvio de bens ou outra irregularidade de que resulte dano ao Erário.
- (D) poderá editar atos, instruções normativas e resoluções, para o completo desempenho do controle externo, os quais deverão ser observados pelos Poderes Públicos Municipais, desde que previamente referendados pelas Câmaras Municipais.
- (E) deverá receber, para exame das demonstrações contábeis e financeiras, dos Prefeitos Municipais, Presidentes de Câmara e Dirigentes dos Órgãos da Administração Direta e Indireta Municipal, até o dia 15 do mês subsequente, os balancetes mensais acompanhados da documentação comprobatória da Receita e da Despesa.

Legislação

36. Considere as seguintes afirmações sobre a disciplina da participação popular na Constituição do Estado do Ceará:

- I. A iniciativa popular será exercida pela apresentação à Assembleia Legislativa Estadual de projeto de lei, subscrito por no mínimo um por cento do eleitorado cearense, distribuído pelo menos por cinco municípios, com não menos de três décimos por cento dos eleitores de cada um deles.
- II. É facultado a todos o acesso gratuito às informações do que constar a seu respeito nos registros em bancos de dados estaduais e municipais, públicos ou privados, bem como do fim a que se destinam essas informações, podendo exigir, a qualquer tempo, sua retificação e atualização.
- III. Qualquer cidadão, partido político, associação ou sindicato de classe é parte legítima para denunciar irregularidades ou ilegalidades perante o Tribunal de Contas do Estado ou Tribunal de Contas dos Municípios, exigir-lhes completa apuração e devida aplicação das sanções legais aos responsáveis, ficando a autoridade que receber a denúncia ou requerimento de providências obrigada a manifestar-se sobre a matéria.

Está correto o que se afirma em

- (A) I, apenas.
- (B) II, apenas.
- (C) III, apenas.
- (D) I e II, apenas.
- (E) I, II e III.

37. A Constituição do Estado do Ceará prevê que

- (A) os servidores estaduais nomeados para cargo de provimento efetivo em virtude de concurso público são estáveis após dois anos de efetivo exercício.
- (B) o servidor público estável somente perderá o cargo em virtude de sentença judicial transitada em julgado.
- (C) a avaliação especial de desempenho por comissão instituída para essa finalidade é condição obrigatória para aquisição da estabilidade pelo servidor estadual.
- (D) o servidor estável ficará em disponibilidade, sem direito a indenização ou remuneração, se extinto o cargo ou declarada sua desnecessidade, até seu adequado aproveitamento em outro cargo.
- (E) o servidor estável cuja demissão seja invalidada por decisão judicial será reintegrado, ao passo que o eventual ocupante da vaga deverá ser reconduzido ao cargo de origem, mediante percepção de indenização.



38. Na hipótese de os Prefeitos Municipais não enviarem no prazo legal, às respectivas Câmaras e ao Tribunal de Contas dos Municípios do Estado do Ceará, as prestações de contas mensais relativas à aplicação dos recursos recebidos e arrecadados por todas as Unidades Gestoras da administração municipal, prevê a Constituição do Estado que
- (A) fica vedada a celebração de novos convênios e contratos com o Governo Estadual e suspensas as transferências de receitas voluntárias do Estado para os municípios infratores, sem prejuízo das demais sanções previstas na legislação vigente, sem ressalvas.
 - (B) as contas, tão logo apresentadas, devem permanecer, durante sessenta dias, à disposição de qualquer contribuinte, para exame e apreciação, o qual poderá questionar-lhes a legitimidade, nos termos da lei e, decorrido este prazo, as contas deverão ser enviadas pela Presidência da Câmara Municipal ao Tribunal de Contas dos Municípios para que este emita o competente parecer.
 - (C) as disponibilidades provenientes de receitas de qualquer natureza terão de ser depositadas em bancos oficiais no próprio Município ou, quando não existirem, em Municípios vizinhos, e os pagamentos deverão ser realizados mediante ordem bancária nominal ao credor.
 - (D) todos os documentos e demonstrativos contábeis relativos à aplicação dos recursos recebidos e arrecadados deverão permanecer na sede do Município, à disposição irrestrita dos cidadãos e dos controles interno e externo, para eventual impugnação ou representação perante o Tribunal de Contas do Município, antes que este as julgue.
 - (E) a inadimplência será suspensa, sem qualquer ressalva, e certificada pelo Tribunal de Contas dos Municípios expressamente, se a nova gestão municipal mantiver-se adimplente com todas as suas obrigações de prestações de contas relativas às competências de seu mandato e tiver comprovado perante o Tribunal de Contas dos Municípios o ajuizamento de ação para apurar as responsabilidades pelo descumprimento das obrigações de prestação de contas devidas por seus antecessores, ressaltando-se os casos em que o gestor municipal seja reeleito.
-
39. Sobre a composição e o funcionamento do órgão pleno do Tribunal de Contas dos Municípios do Estado do Ceará, estabelece o seu Regimento Interno que
- (A) o Tribunal Pleno, órgão normativo de direção superior do Tribunal de Contas dos Municípios, é constituído de nove Conselheiros, nomeados na forma estabelecida pela Constituição do Estado.
 - (B) o Tribunal Pleno poderá realizar sessões extraordinárias ou especiais, convocadas pelo Presidente ou mediante requerimento assinado pela maioria dos Conselheiros, com indicação prévia da matéria a ser apreciada.
 - (C) as sessões do Tribunal Pleno são dirigidas pelo Presidente e, nos seus impedimentos, sucessivamente pelo Vice-Presidente e pelo Conselheiro mais antigo da Corte.
 - (D) a presença de, no mínimo, quatro Conselheiros, inclusive o Presidente, é exigida para funcionamento do Pleno, não computados neste número os Auditores que substituírem Conselheiros.
 - (E) as sessões do Tribunal Pleno são públicas, vedada a realização de sessões sigilosas ou reservadas, podendo, contudo, o Presidente mandar retirar do recinto a pessoa que mostrar comportamento inconveniente ou desrespeitoso e, quando necessário, requisitar a força policial para restabelecer a ordem.
-
40. Relativamente aos recursos de Reconsideração e Revisão e ao Pedido de Reexame, estabelece o Regimento Interno do Tribunal de Contas dos Municípios do Estado do Ceará que
- (A) o Pedido de Reexame é admissível nos processos de denúncia e nos que estão sujeitos a registro e fiscalização de atos e contratos, sendo julgado pela mesma Câmara da decisão inicial, salvo os de denúncia cuja competência é do Pleno.
 - (B) o Recurso de Revisão de decisão originária de mérito nos processos de julgamento de tomada ou prestação de contas, interposto ao Pleno, terá efeito suspensivo e poderá ser formulado uma só vez pelo responsável e pelo Ministério Público.
 - (C) da decisão definitiva dos processos de apreciação e julgamento de contas caberá, no prazo de cinco anos, a contar do seu trânsito em julgado, Recurso de Reconsideração ao Pleno, o qual poderá ser interposto pelo responsável, seus herdeiros, sucessores ou pelo Ministério Público Especial.
 - (D) o prazo para o Ministério Público interpor Recurso de Revisão será contado da data de lavratura do acórdão ou deliberação.
 - (E) o Pedido de Reexame terá efeito suspensivo e será distribuído ao Conselheiro relator da decisão recorrida, podendo ser formulado uma só vez, pelo responsável ou interessado ou pelo Ministério Público, devendo tramitar e ser julgado nos mesmos autos da decisão recorrida.

**CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS****Auditoria Governamental**

41. Uma opinião modificada dos auditores independentes, segundo a natureza da opinião que contém, pode ser do tipo
- (A) negativa, positiva, limpa ou contrária.
 - (B) com ressalva, com abstenção de opinião ou adversa.
 - (C) com abstenção de avaliação de provas, limpa, com ressalva ou sem ressalva.
 - (D) generalizada ou contrária.
 - (E) sem ressalva, pericial contábil ou adversa.
42. Conforme normas técnicas de auditoria independente, NÃO se refere à definição de uma amostragem de auditoria
- (A) a possibilidade de existência de fraude.
 - (B) os fins específicos da auditoria.
 - (C) a população da qual o auditor deseja extrair a amostra.
 - (D) as condições de desvio ou distorção.
 - (E) a natureza da evidência da auditoria.
43. As Normas INTOSAI estabelecem um Código de Ética para as Entidades Fiscalizadoras Superiores. Este Código trata
- (A) das regras do comportamento esperado dos auditores, com relação à organização na qual trabalha como funcionário.
 - (B) dos direitos e deveres e das normas de relacionamento dos auditores.
 - (C) das regras de conduta de como os auditores devem manter a independência e a confidencialidade no relacionamento com clientes.
 - (D) dos deveres e das normas morais dos auditores pertencentes ao setor público.
 - (E) dos deveres e das normas morais dos auditores de organizações privadas.
44. As atividades de detectar e analisar situações anormais e significativas constatadas nas demonstrações contábeis referem-se à etapa de
- (A) avaliação dos controles internos.
 - (B) contagem física.
 - (C) conferência de cálculos.
 - (D) inspeção de documentos.
 - (E) revisão analítica.
45. A utilização dos eventos subsequentes aplicados às contas de contas a pagar tem como objetivo
- (A) verificar se os valores pagos após a data de encerramento das demonstrações contábeis foram corretamente provisionados.
 - (B) avaliar as alterações significativas no fluxo dos procedimentos contábeis após o fechamento das demonstrações contábeis.
 - (C) complementar ou subsidiar os procedimentos de auditoria aplicados durante a avaliação dos saldos das demonstrações contábeis, a fim de concluir sobre a adequação do saldo da conta.
 - (D) certificar se os valores pagos foram efetivamente debitados em conta-corrente da empresa auditada.
 - (E) certificar se a contabilização dessas contas são corretas.
46. A técnica de auditoria que consiste em fazer com que o cliente expeça cartas dirigidas às empresas ou às pessoas com as quais mantém relações de negócios, solicitando que confirmem, em carta dirigida diretamente ao auditor, a situação desses negócios, em determinada data base, denomina-se
- (A) conferência.
 - (B) circularização.
 - (C) contagem.
 - (D) observância.
 - (E) estudo dos métodos operacionais.
47. Quanto à natureza dos papéis de trabalho de auditoria, é correto afirmar que se classifica como
- (A) corrente o papel utilizado apenas em um exercício social, e permanente aquele utilizado em mais de um exercício social.
 - (B) balanço o papel utilizado para registro dos saldos de balanço do ano anterior e do ano em exame; e administrativo aquele utilizado para registro de tarefas administrativas do trabalho, tais como: horas, despesas etc.
 - (C) convencional a formalização do trabalho de auditoria em papéis de trabalho; e eletrônico a formalização do trabalho de auditoria por meio eletrônico, denominado *paperless*.
 - (D) programa o detalhamento dos procedimentos a serem adotados pelo auditor durante o trabalho de auditoria; e operacional o registro dos exames de auditoria.
 - (E) evidência as observações e exceções identificadas; e ajustes as reclassificações das contas.
48. Considere:
- I. A opinião modificada que deve conter a descrição dos trabalhos executados pelo auditor, compreendendo: planejamento, execução dos procedimentos com base em teses; avaliação das práticas e das estimativas contábeis adotadas, bem como da apresentação das demonstrações contábeis.
 - II. O conjunto de procedimentos técnicos que tem por objetivo a emissão de opinião modificada sobre a avaliação das demonstrações financeiras.
 - III. A existência de um sistema de controle interno apropriado que reduz ao mínimo a probabilidade de ocorrência de risco.
- Aplica-se tanto para a Auditoria Governamental quanto para as Auditoria Interna e Independente o que consta APENAS em
- (A) I.
 - (B) I e II.
 - (C) II.
 - (D) II e III.
 - (E) III.
49. O organismo internacional independente que tem por objetivo fomentar o intercâmbio de ideias e experiências entre entidades fiscalizadoras superiores denomina-se
- (A) EFS.
 - (B) SEC.
 - (C) IOEP.
 - (D) INTOSAI.
 - (E) IIA.



50. Conforme o COSO – *Committee of Sponsoring Organizations*, na análise de riscos, pode-se recorrer a análises qualitativas ou quantitativas. A análise qualitativa

- (A) faz a avaliação do impacto da ocorrência dos riscos nos processos, e a análise quantitativa faz a análise dos volumes gerados de prejuízos.
- (B) faz a análise da importância da gestão de riscos e governança corporativa para as organizações e a análise quantitativa faz a análise das variações significativas das demonstrações financeiras.
- (C) faz a priorização dos riscos por meio de avaliação e combinação de sua probabilidade de ocorrência e impacto, e a análise quantitativa faz a análise numérica do efeito dos riscos identificados nos objetivos gerais.
- (D) deve, tanto quanto a quantitativa, nortear a determinação dos saldos das contas contábeis selecionadas para o exame de auditoria.
- (E) faz a avaliação no nível de experiência necessária que o auditor deve ter para realizar seu trabalho, e a análise quantitativa determina a quantidade de horas necessárias e o número de auditores necessário para executar cada trabalho de auditoria.

Administração Financeira e Orçamentária

51. Considere a tabela abaixo.

Executivo Municipal de Azul			
Mês	Ano	Receita arrecadada(*)	Despesas com Pessoal
Dezembro	2008	300.000,00	100.000,00
Janeiro	2009	400.000,00	200.000,00
Fevereiro	2009	400.000,00	200.000,00
Março	2009	400.000,00	200.000,00
Abril	2009	400.000,00	200.000,00
Maiο	2009	400.000,00	200.000,00
Junho	2009	400.000,00	200.000,00
Julho	2009	400.000,00	200.000,00
Agosto	2009	600.000,00	300.000,00
Setembro	2009	700.000,00	300.000,00
Outubro	2009	700.000,00	300.000,00
Novembro	2009	700.000,00	300.000,00
Dezembro	2009	500.000,00	400.000,00

(*) Receitas tributárias, de contribuições, patrimoniais, industriais, agropecuárias, de serviços, transferências correntes e outras também correntes, já realizadas as deduções previstas na LRF e excluídas as duplicidades.

Nos termos estabelecidos pela Lei de Responsabilidade Fiscal, o percentual de gastos com pessoal sobre a receita corrente líquida do Executivo Municipal de Azul, calculado com base no mês de dezembro/2009, é

- (A) 49,21%
- (B) 50,00%
- (C) 54,00%
- (D) 80,00%
- (E) 125,00%

52. Tomando como referência o mês de dezembro de 2009, o Executivo Municipal de Amarelo registrou um percentual de gastos com pessoal sobre a receita corrente líquida de 48,70%. Em relação a esse percentual obtido, é correto afirmar que o Executivo não está acima do limite máximo a ele estabelecido, que é de

- (A) 54%. Não há necessidade de adoção de medidas para recondução ao patamar permitido. Cabe emissão de alerta por parte do Tribunal de Contas.
- (B) 54%. Não há necessidade de adoção de medidas para recondução ao patamar permitido, nem cabe emissão de alerta por parte do Tribunal de Contas.
- (C) 60%. Haverá necessidade de adoção de medidas para recondução ao patamar permitido, caso tenha ocorrido queda na arrecadação da receita. Não cabe emissão de alerta por parte do Tribunal de Contas.
- (D) 60%. Cabe emissão de alerta por parte do Tribunal de Contas; não há necessidade de adoção de medidas para recondução ao patamar permitido, mas está vedada qualquer alteração de estrutura de carreira que implique aumento de despesa.
- (E) 54%. Cabe emissão de alerta por parte do Tribunal de Contas. Não há necessidade de adoção de medidas para recondução ao patamar permitido, mas está vedada qualquer alteração de estrutura de carreira que implique aumento de despesa.

53. A Prefeitura Municipal de Vermelho concedeu isenção de IPTU aos proprietários cujos imóveis fossem pintados de cinza. Nos termos previstos na Lei de Responsabilidade Fiscal, essa medida

- (A) não é renúncia de receita, uma vez que o critério adotado não pode ser considerado como ferramenta de justiça social. É necessário, entretanto, o atendimento ao disposto na Lei de Diretrizes Orçamentárias.
- (B) é renúncia de receita, pois se trata de isenção em caráter geral. É necessário o atendimento ao disposto na Lei de Diretrizes Orçamentárias.
- (C) é renúncia de receita, mas não será necessário o atendimento ao disposto na Lei de Diretrizes Orçamentárias em razão da autonomia legislativa municipal.
- (D) é renúncia de receita, uma vez que corresponde a tratamento diferenciado. É necessário o atendimento ao disposto na Lei de Diretrizes Orçamentárias.
- (E) não é renúncia de receita, uma vez que o IPTU se trata de imposto progressivo, conforme previsão constitucional. É necessário o atendimento ao disposto na Lei de Diretrizes Orçamentárias.



54. Em relação ao orçamento público, é correto afirmar que a Constituição Federal de 1988

- (A) estabelece que o PPA, a LDO e a LOA, todos instrumentos de planejamento orçamentário, são leis de iniciativa conjunta dos Poderes Executivo e Legislativo.
- (B) permite, de forma excepcional, a utilização de créditos orçamentários ilimitados para a reserva de contingência, que é destinada a despesas imprevisíveis e urgentes decorrentes de guerra, comoção interna ou calamidade pública.
- (C) prevê que a abertura de crédito extraordinário ou especial será admitida para atender a despesas imprevisíveis e urgentes decorrentes de guerra, comoção interna ou calamidade pública.
- (D) determina que a LOA não conterá dispositivo estranho à previsão de receita e à fixação de despesa, incluindo-se nessa proibição a autorização para a abertura de créditos suplementares.
- (E) dita que tanto o PPA como a LDO devem conter dispositivos que tratem do planejamento relacionado às despesas de capital.

55. O contador da Prefeitura Municipal de Verde foi indagado sobre a possibilidade de ser incluída no projeto de lei de orçamento uma autorização para a contratação de operação de crédito por antecipação de receita. Ao analisar o assunto, ele verificou que isso era perfeitamente possível em razão de uma exceção constitucional ao princípio da

- (A) legalidade.
- (B) exclusividade.
- (C) unidade.
- (D) especificação.
- (E) universalidade.

56. É correto afirmar que o ciclo orçamentário

- (A) começa com a aprovação da LOA.
- (B) termina com a aprovação da LOA.
- (C) é composto por etapa de competência do Poder Legislativo.
- (D) dura exatamente o período correspondente ao exercício financeiro.
- (E) inicia-se com ato do Poder Legislativo.

57. A empresa Boi Laranja S.A. presta serviços de assessoria na área de criação de gado. Para o desempenho de suas atividades, é proprietária, há dez anos, de um imóvel no município de Roxo. Em 2010 pagou o IPTU sobre esse imóvel. A prefeitura deverá contabilizar essa receita como

- (A) orçamentária, de capital e patrimonial, uma vez que decorreu do patrimônio da empresa.
- (B) extraorçamentária, corrente e de serviços, uma vez que a proprietária do imóvel é prestadora de serviços.
- (C) extraorçamentária, corrente e agropecuária, uma vez que a atividade da empresa é de assessoria na área de criação de gado.
- (D) orçamentária, corrente e tributária, uma vez que decorreu de imposto de competência municipal.
- (E) orçamentária, de capital e imobiliária, uma vez que decorreu do imóvel pertencente à empresa.

58. As dotações previstas na LOA são chamadas de créditos orçamentários. Entretanto, durante a execução do orçamento, podem surgir necessidades que não estavam previstas inicialmente. Nesse caso, o Poder Público pode utilizar os créditos adicionais, que são autorizações de despesa não computadas ou insuficientemente dotadas na LOA. Os créditos adicionais classificados como suplementares e especiais podem

- (A) ser abertos, desde que existam recursos disponíveis para ocorrer a despesa, independentemente da sua urgência e necessidade.
- (B) ser abertos sem a existência de recursos disponíveis para ocorrer a despesa, em razão da sua urgência e necessidade.
- (C) ficar abertos sem a existência de recursos disponíveis para ocorrer a despesa por, no máximo, trinta dias.
- (D) ser autorizados por decreto, em razão da sua urgência e necessidade.
- (E) ser abertos, desde que existam recursos disponíveis para ocorrer a despesa, salvo no caso de guerra, independentemente da sua urgência e necessidade.

59. O instrumento de planejamento em que serão avaliados os passivos contingentes capazes de afetar as contas públicas é o anexo de

- (A) Metas Fiscais, que integra a LDO.
- (B) Metas Fiscais, que integra a LOA.
- (C) Riscos Fiscais, que integra a LOA.
- (D) Metas Fiscais, que integra o PPA.
- (E) Riscos Fiscais, que integra a LDO.

60. Considere os dados da tabela abaixo.

Contas	
1	Receita extraorçamentária
2	Dívida fundada interna
3	Ativo real líquido
4	Ativo financeiro
5	Receita patrimonial
6	Superávit orçamentário
7	Saldo para o exercício seguinte
8	Ativo compensado
9	Despesa orçamentária
10	Passivo financeiro

É correto afirmar que as contas de números

- (A) 1, 6 e 9 pertencem ao Balanço Orçamentário.
- (B) 4, 7 e 10 pertencem ao Balanço Financeiro.
- (C) 3, 4 e 10 pertencem ao Balanço Patrimonial.
- (D) 2, 5 e 8 pertencem ao Balanço Patrimonial.
- (E) 4, 7 e 8 pertencem ao Balanço Financeiro.



Contabilidade Geral

61. "O critério de menor valor para os itens do Ativo e da Receita, e o de maior valor para os itens do Passivo e da Despesa, com os efeitos correspondentes no Patrimônio Líquido, serão adotados para registro, diante de opções na escolha de valores."
- Considerando os Princípios Fundamentais de Contabilidade, editados pelo Conselho Federal de Contabilidade, o enunciado acima refere-se ao Princípio da
- (A) Entidade.
 (B) Formalização dos Registros Contábeis.
 (C) Uniformidade.
 (D) Continuidade.
 (E) Prudência.
-
62. Despesas financeiramente quitadas que por sua natureza serão atribuídas ao próximo exercício social devem ser classificadas no
- (A) Ativo Diferido.
 (B) Ativo Investimentos.
 (C) Passivo Circulante.
 (D) Ativo Circulante.
 (E) Patrimônio Líquido.
-
63. As alterações ocorridas durante o exercício no saldo de caixa e equivalente de caixa devem ser segregadas nos fluxos
- (A) das operações, dos financiamentos e dos investimentos.
 (B) da situação líquida, das operações e dos passivos.
 (C) dos financiamentos, dos resultados do exercício e dos investimentos.
 (D) da movimentação do capital circulante líquido, das operações e dos financiamentos.
 (E) da situação líquida, dos investimentos e dos financiamentos.
-
64. Recursos controlados pela entidade como resultado de eventos passados e dos quais se espera que resultem futuros benefícios econômicos para a entidade devem ser classificados no
- (A) Patrimônio Líquido.
 (B) Ativo.
 (C) Passivo.
 (D) Passivo e no Ativo.
 (E) Relatório da Administração.
-
65. A apuração da Demonstração do Fluxo de Caixa que reconcilia o Lucro Líquido e o Caixa gerado pelas operações, e que é por isso também chamada de "método de reconciliação", utiliza o método
- (A) direto.
 (B) equivalente de produção.
 (C) indireto.
 (D) de equivalência patrimonial.
 (E) de capital circulante líquido.

Instruções: Para responder às questões de números 66 e 67, utilize somente as informações a seguir.

- I. Balanço Patrimonial da Cia. Tremembé (valores em reais) dos períodos X1 e X0:

Saldos Finais das Contas Patrimoniais (em R\$)					
	X1	X0		X1	X0
Caixa	5.000	3.000	Fornecedores	12.000	9.200
Equivalentes de Caixa	9.000	6.000	Salários a Pagar	1.200	800
Contas a Receber	15.000	10.000	Tributos a Pagar	2.300	1.000
Estoques	10.000	7.000	Títulos a Pagar	5.000	3.000
Imobilizado	35.000	32.000	Empréstimos Bancários	7.000	5.000
Depreciação Acumulada	(4.500)	(3.000)	Capital	43.000	40.000
Patentes Registradas	10.000	11.000	Reservas de Capital	5.000	5.000
			Reservas de Lucros	4.000	2.000
Total	79.500	66.000	Total	79.500	66.000

- II. Prazo médio de vencimento dos Títulos a Pagar: 300 dias e dos Empréstimos Bancários: 5 anos.
- III. O Patrimônio Líquido de X1 só foi afetado por integralização de capital e resultado do exercício.
66. No cálculo da Demonstração do Fluxo de Caixa pelo método indireto, o caixa líquido gerado pelas atividades é, em R\$,
- (A) 7.000,00
 (B) 5.000,00
 (C) 3.000,00
 (D) 1.000,00
 (E) 500,00



67. No cálculo da Demonstração do Fluxo de Caixa pelo método indireto, o caixa consumido pelas atividades de investimentos é, em R\$,
- (A) 1.000,00
 - (B) 3.000,00
 - (C) 5.000,00
 - (D) 7.000,00
 - (E) 7.500,00

68. Em obediência ao regime de competência, as contrapartidas de aumentos ou diminuições de valor atribuído a elementos do Ativo e do Passivo, em decorrência de avaliações a preço de mercado que não foram computadas no resultado do exercício, deverão ser classificadas como
- (A) Reservas de Reavaliação no Patrimônio Líquido.
 - (B) Reservas de Lucros no Patrimônio Líquido.
 - (C) Ajuste de Avaliação Patrimonial no Ativo Circulante.
 - (D) Ajuste de Avaliação Patrimonial no Patrimônio Líquido.
 - (E) Redutora no Ativo e ou Passivo não Circulante.

69. O pagamento de um empréstimo com juros por atraso gera um fato contábil
- (A) misto diminutivo.
 - (B) misto aumentativo.
 - (C) modificativo aumentativo.
 - (D) permutativo.
 - (E) modificativo diminutivo.

70. Considere as demonstrações a seguir:

- I. Balanço Patrimonial
- II. Demonstração das Origens e Aplicações de Recursos
- III. Demonstração do Valor Adicionado
- IV. Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido
- V. Demonstração do Resultado do Exercício

Dentre as demonstrações contábeis, são de apresentação obrigatória pelas companhias abertas as demonstrações constantes APENAS em

- (A) I e III.
- (B) I, II e IV.
- (C) II e IV.
- (D) II, III e V.
- (E) III e V.

Contabilidade Pública

71. O ramo da ciência contábil que aplica as teorias e técnicas de registro dos atos e fatos administrativos com a apuração de resultados e a demonstração de estados patrimoniais de entidades da administração direta e indireta, sob os princípios e normas do direito financeiro e princípios fundamentais a que pertence, é denominado de contabilidade
- (A) bancária.
 - (B) comercial.
 - (C) gerencial.
 - (D) governamental.
 - (E) industrial.



72. Incluem-se no campo de aplicação da Contabilidade Pública
- (A) os templos religiosos.
 (B) as fundações, ONGs e OCIPs que usam recursos públicos.
 (C) as secretarias e órgãos das indústrias sucroalcooleiras.
 (D) as empresas de serviços hospitalares.
 (E) as associações de poupança e empréstimo.
-
73. A contabilidade governamental, em regime de convênio e contrato de gestão, deve atender às principais leis, em ordem de abrangência e importância, na sequência apresentada:
- (A) Lei nº 4.320/1964, Decreto-Lei nº 200/1967, Lei nº 6.404/76 e Decreto nº 3.000/99.
 (B) Lei nº 4.320/1964, CF/1988 e Lei nº 8.666/1993, Lei nº 6.404/76 e Lei nº 11.638/2007.
 (C) CF/1988, Lei nº 4.320/1964, Decreto-Lei nº 200/1967, Decreto nº 93.872/86 e Lei nº 101/00.
 (D) LCO, Lei do PPA e Lei Orçamentária Anual, Lei nº 64.04/76 e Lei nº 11.638/2007.
 (E) Lei do PPA, LDO e Lei Orçamentária Anual, Lei nº 6.404/76 e Lei nº 11.638/2007.
-
74. O somatório das receitas municipais tributárias, de contribuições, patrimoniais, industriais, agropecuárias, de serviços, transferências correntes e as próprias de autarquias, fundações e empresas dependentes, deduzidas das contribuições dos servidores para custeio de seu sistema de previdência e assistência social, receita de compensação financeira entre regimes previdenciários e Fundef, constitui, segundo a LRF, a
- (A) renúncia de receita.
 (B) receita de capital.
 (C) receita efetiva.
 (D) receita não efetiva.
 (E) receita corrente líquida.
-
75. Conforme a Lei nº 10.180/2001, "com base em apurações de atos e fatos inquinados de ilegais ou irregulares, efetuar os registros pertinentes e adotar as providências necessárias à responsabilização do agente, comunicando o fato à autoridade a quem o responsável esteja subordinado e ao órgão ou unidade do sistema de controle interno" compete às unidades responsáveis
- (A) pelas atividades do Sistema de Contabilidade Federal.
 (B) pelas atividades de Orçamento.
 (C) pelas atividades do Sistema de Administração Financeira Federal.
 (D) pelas atividades de Planejamento.
 (E) pelo sistema de controle interno do Poder Executivo Federal.
-
76. Os lançamentos contábeis
- D – Despesas Orçamentárias
 C – Restos a Pagar
 e
 D – Receitas a Receber
 C – Receita Orçamentária
- são registros típicos do regime
- (A) misto puro.
 (B) de competência.
 (C) de competência para despesas e de caixa para receitas, respectivamente.
 (D) de caixa para despesas e de competência para receitas, respectivamente.
 (E) caixa.
-
77. No sistema financeiro, o registro contábil de recebimentos de receitas da dívida ativa está corretamente expresso em:

	Débito	Crédito
A	Mutações Passivas	Receitas Correntes
B	Receitas Realizadas	Receitas a Realizar
C	Bancos Conta Movimento	Receitas Correntes
D	Decrécimos Patrimoniais	Dívida Ativa
E	Dívida Ativa	Acrécimos Patrimoniais



78. No sistema orçamentário, a despesa com pessoal e encargos da esfera estadual deve ser classificada, conforme expresso no quadro abaixo, em:

	Natureza	Categoria Econômica	Competência Institucional	Afetação Patrimonial	Regularidade
A	extraorçamentária	de capital	municipal	nãoefetiva	extraordinária
B	orçamentária	corrente de transferência	federal	nãoefetiva	ordinária
C	extraorçamentária	de capital	estadual	efetiva	extraordinária
D	orçamentária	inversões financeiras	municipal	efetivas	ordinárias
E	orçamentária	corrente de custeio	estadual	efetiva	ordinária

79. No sistema Patrimonial, o registro contábil da apropriação de aquisições de material permanente com pagamento imediato está corretamente expresso em:

	Débito	Crédito
A	Bens Móveis em Almoxarifado	Mutações Ativas Orçamentárias
B	Despesas Orçamentárias	Bancos Conta Movimento
C	Crédito Empenhado a Liquidar	Crédito Empenhado Liquidado
D	Valores em Liquidação	Valores Pagos
E	Empenhos a Liquidar	Empenhos Liquidados

80. De acordo com a legislação atualizada, a publicação das Demonstrações Contábeis é obrigatória para as sociedades de capital aberto, bem como entidades da Administração Pública, dentre as seguintes: Balanço Patrimonial (BP), Demonstração de Resultado do Exercício (DRE), Demonstração de Lucros e Prejuízos Acumulados (DLPA), Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido (DMPL), Demonstração de Origens e Aplicações de Recursos (DOAR), Demonstração do Fluxo de Caixa (DFC), Demonstração do Fluxo de Caixa Livre (DFCL), Demonstração do Valor Adicionado (DVA), Balanço Social (BS), Notas Explicativas (NE), Relatório da Administração (RA), Balanço Financeiro (BF), Balanço Orçamentário (BO), Demonstração das Variações Patrimoniais (DVP), Relatório da Execução Orçamentária (RREO), Relatório da Gestão Fiscal (RGF).

Das entidades da Administração Pública são exigidas, entre outras,

- (A) BP, DRE, DLPA, DFC, DVA e NE.
 (B) BP, BF, DMPL, DOAR, DFC, RREO, DVA, BS, NE e RA.
 (C) BP, BO, BF, DVP, RREO e RGF.
 (D) BP, BO, DRE, DLPA, DVP, DOAR, DVA, BS, NE e RA.
 (E) BP, DVP, DRE, DLPA, DMPL, DOAR, DFC, RGF, DVA, BS, NE e RA.

Administração Pública e Finanças Públicas

81. Com relação às características próprias da administração pública gerencial, considere:
- I. As decisões tomadas pelo governo devem ser submetidas à aprovação dos beneficiários, por meio do voto popular, antes de serem implementadas.
 - II. A gestão é orientada por critérios de mérito e impessoalidade.
 - III. Um dos objetivos principais da administração pública gerencial é a autonomia gerencial, sendo o contrato de gestão o instrumento de controle dos administradores públicos.
 - IV. A administração gerencial é orientada para a satisfação das demandas dos cidadãos.
 - V. A administração gerencial orienta-se principalmente para a obtenção de resultados.

Está correto o que se afirma APENAS em

- (A) I e III.
 (B) I, II, III, IV.
 (C) II, III e V.
 (D) II, III, IV e V.
 (E) IV e V.

82. A garantia do sigilo e da segurança nas informações e nas transações que envolvam pagamentos *online*, fundamental para a consolidação do Governo Eletrônico como instrumento de gestão pública, depende da implantação de

- (A) um sistema de banda larga universal e estável.
 (B) um sistema público de busca de informações.
 (C) uma infraestrutura de chaves públicas.
 (D) um *backbone multicast* em toda a extensão da rede pública.
 (E) uma comissão de gestão da *internet* pública.



83. O princípio da Constituição Federal de 1988, que garante a transparência na administração pública, estabelece, em resumo, que todo cidadão tem direito a receber dos órgãos públicos informações de seu interesse particular, ou de interesse coletivo ou geral, com exceção dada
- (A) aos documentos relacionados em listas previamente elaboradas pelos órgãos públicos federais.
 - (B) aos documentos diplomáticos e dos relacionados com as Forças Armadas.
 - (C) aos atos legais e normativos publicados há mais de 10 anos.
 - (D) às informações que possam prejudicar órgãos ou empresas da administração pública federal.
 - (E) às informações cujo sigilo seja imprescindível à segurança da sociedade e do Estado.
-
84. Controle Social nos serviços públicos envolve
- (A) a participação da sociedade civil na elaboração, acompanhamento e monitoramento das ações do poder público.
 - (B) o *feedback* periódico aos cidadãos dos principais resultados de uma política pública.
 - (C) o controle efetivo dos tribunais de contas municipais, estaduais e da União sobre as respectivas empresas públicas.
 - (D) a consulta frequente aos principais beneficiários de um serviço.
 - (E) a nomeação de representantes da sociedade civil para cargos de direção do serviço público.
-
85. O pressuposto central da excelência no serviço público é a
- (A) garantia de um atendimento impessoal e padronizado a todos os cidadãos.
 - (B) obrigação de participação direta dos cidadãos nas decisões em todos os âmbitos da administração pública.
 - (C) atenção prioritária ao cidadão e à sociedade na condição de usuários de serviços públicos.
 - (D) publicação de toda a legislação e dos procedimentos que envolvem os atos da administração pública.
 - (E) redução dos gastos e a racionalização dos serviços em todos os âmbitos da administração pública.
-
86. A gestão de pessoas por competências envolve
- (A) treinar os funcionários em conhecimentos técnicos essenciais para o aumento da produtividade.
 - (B) mobilizar e colocar em prática conhecimentos, habilidades e atitudes dos colaboradores de uma organização.
 - (C) selecionar os candidatos com os melhores currículos ou maior competência profissional.
 - (D) desenvolver traços de personalidade mais adequados ao clima organizacional.
 - (E) adequar a cultura da organização para proporcionar uma zona de conforto para cada colaborador.
-
87. A inovação nos sistemas eletrônicos de compras governamentais de maior relevância e contribuição para a redução dos preços é
- (A) a emissão eletrônica de ordem de pagamento.
 - (B) a publicação *online* de catálogos eletrônicos de materiais e serviços padronizados.
 - (C) o cadastramento *online* dos fornecedores permanentes.
 - (D) o registro e a publicação *online* dos preços praticados pelos fornecedores.
 - (E) a divulgação eletrônica dos editais de contratação.
-
88. No modelo de federalismo fiscal adotado no Brasil, o principal mecanismo para correção dos desequilíbrios verticais
- (A) é o Imposto Territorial Rural.
 - (B) é o Imposto Sobre Serviços de Qualquer Natureza.
 - (C) são as transferências indiretas.
 - (D) são os *royalties* sobre minérios e petróleo.
 - (E) são as transferências diretas.



Análise das Demonstrações Contábeis

89. Considere os dados fornecidos a seguir (Valores em reais).

Ativo Circulante	12.000
Ativo Não Circulante	18.000
Passivo Circulante	10.000
Passivo Não Circulante	8.000
Índice de Liquidez Seca	0,8
Índice Liquidez Corrente	1,2

O valor dos estoques é, em reais,

- (A) 2.000,00.
 (B) 4.000,00.
 (C) 6.000,00.
 (D) 8.000,00.
 (E) 9.600,00.

Instruções: Para responder às questões de números 90 a 94 considere as demonstrações a seguir.

Balanco Patrimonial em X0 e X1									
Ativo	X1		X0		Passivo + Patrimônio Líquido	X1		X0	
	Circulante		39.000			26.000	Passivo Circulante		20.500
Caixa	5.000		3.000		Fornecedores	12.000		9.200	
Equivalentes de Caixa	9.000		6.000		Salários a Pagar	1.200		800	
Contas a Receber	15.000		10.000		Tributos a Pagar	2.300		1.000	
Estoques	<u>10.000</u>		<u>7.000</u>		Empréstimos	5.000		3.000	
Não Circulante		40.500		40.000	Passivo Não Circulante		7.000		5.000
Imobilizado	35.000		32.000		Empréstimos	7.000		5.000	
Depreciação	(4.500)		(3.000)		Patrimônio Líquido		52.000		47.000
Intangível	6.000		6.000		Capital	43.000		40.000	
Diferido	4.000		5.000		Reservas de Capital	5.000		5.000	
					Reservas de Lucros	4.000		2.000	
Ativo total		79.500		66.000	Total Passivo + P.Líquido		79.500		66.000

Demonstração do Resultado do Exercício (em R\$)		
	X1	X0
Receita Operacional Bruta	180.000	130.000
Vendas de Produtos	180.000	130.000
Deduções da Receita Bruta	38.000	26.800
Impostos Incidentes sobre Vendas	36.000	26.000
Devoluções e Abatimentos	2.000	800
Receita Operacional Líquida	142.000	103.200
Custo dos Produtos Vendidos	119.280	88.546
Lucro Bruto	22.720	14.654
Despesas Operacionais	19.863	14.500
Com Vendas	6.013	5.500
Gerais e Administrativas	5.500	4.000
Despesas Financeiras	8.350	5.000
Lucro Operacional	2.857	154
Resultado do Exercício antes do IR	2.857	154
Imposto de Renda	857	39
Resultado Líquido do Exercício	2.000	116

90. O índice de liquidez geral de X1 em relação a X0

- (A) melhorou em 0,45%.
 (B) melhorou em 5,1%.
 (C) melhorou em 2,43%.
 (D) piorou em 4,3%.
 (E) piorou em 3,25%.



91. O índice de rentabilidade do ativo em X1 é
- (A) 2,51.
 - (B) 2,84.
 - (C) 3,20.
 - (D) 3,62.
 - (E) 3,92.
-
92. A participação de capital de terceiros em relação ao capital próprio de X1 em relação a X0
- (A) foi reduzida em 25,44%.
 - (B) foi reduzida em 30,89%.
 - (C) aumentou em 25,2%.
 - (D) aumentou em 27,84%.
 - (E) aumentou em 30,89%.
-
93. O prazo médio de recebimentos de X1 em relação a X0
- (A) melhorou em 10 dias.
 - (B) melhorou em 9 dias.
 - (C) melhorou em 2 dias.
 - (D) piorou em 3 dias.
 - (E) piorou em 12 dias.
-
94. A taxa de retorno pode ser dividida em giro e margem, sendo, para o exercício de X1, respectivamente,
- (A) 0,90 e 2,78.
 - (B) 1,00 e 2,51.
 - (C) 1,40 e 1,79.
 - (D) 1,78 e 1,40.
 - (E) 1,95 e 1,32.
-
95. Uma empresa tem prazo médio de renovação dos estoques de 74 dias, prazo médio de recebimento das vendas de 63 dias e prazo médio de pagamento das compras de 85 dias. O ciclo de caixa dessa empresa, em dias, é
- (A) 22.
 - (B) 52.
 - (C) 137.
 - (D) 148.
 - (E) 222.

**Orçamento Público**

96. Conforme a Constituição Federal, cabe à lei complementar dispor sobre vigência, prazos, elaboração e organização do plano plurianual, lei de diretrizes orçamentárias e lei orçamentária anual. Sobre esta norma constitucional, é correto afirmar que
- (A) a Lei de Responsabilidade Fiscal fixa os prazos para apresentação das propostas das leis orçamentárias.
 - (B) uma regra constitucional transitória dispõe sobre os prazos para apresentação das propostas das leis orçamentárias, diante da falta de lei complementar neste sentido.
 - (C) a Lei nº 4.320/64 dispõe sobre os prazos para apresentação de propostas das leis orçamentárias, já que foi recepcionada como lei complementar.
 - (D) a própria Constituição Federal fixa o prazo limite para apresentação de proposta única das três leis orçamentárias, podendo a lei complementar disciplinar de forma diferente.
 - (E) cada ente federado deverá editar uma lei complementar estabelecendo os prazos para apresentação das propostas das leis orçamentárias.
-
97. O Plano Plurianual
- (A) está previsto na Lei de Responsabilidade Fiscal.
 - (B) só é exigido para a União, devendo ser encaminhada a proposta até quatro meses antes do encerramento do último exercício financeiro do mandato presidencial.
 - (C) compreende as metas e prioridades da administração pública, incluindo despesas de capital para o exercício financeiro subsequente.
 - (D) está inserido na Lei de Diretrizes Orçamentárias.
 - (E) tem vigência até o final do primeiro exercício financeiro do mandato presidencial subsequente.
-
98. O Anexo de Metas Fiscais, no qual são estabelecidas as metas anuais, em valores correntes e constantes, relativas a receitas, despesas, resultados nominal e primário e montante da dívida pública, para o exercício a que se referirem e para os dois seguintes, integrará
- (A) a Lei de Diretrizes Orçamentárias.
 - (B) a Lei Orçamentária Anual.
 - (C) o Plano Plurianual.
 - (D) o Balanço Orçamentário.
 - (E) o Balanço Patrimonial.
-
99. Ao titular de Poder é vedado contrair obrigação de despesa que não possa ser cumprida integralmente dentro do exercício, ou que tenha parcelas a serem pagas no exercício seguinte sem que haja suficiente disponibilidade de caixa para este efeito, a partir
- (A) do último bimestre do mandato.
 - (B) do último quadrimestre do mandato.
 - (C) dos dois últimos bimestres do mandato.
 - (D) dos dois últimos quadrimestres do mandato.
 - (E) do último bimestre de cada exercício financeiro.
-
100. A Lei nº 4.320/64 disciplina os créditos adicionais. Sobre este assunto é correto afirmar que
- (A) os créditos suplementares são destinados a despesas para as quais não haja dotação específica.
 - (B) os créditos suplementares e especiais serão autorizados exclusivamente por decreto executivo.
 - (C) a abertura de créditos suplementares e especiais depende da existência de recursos disponíveis.
 - (D) os créditos extraordinários serão abertos apenas por lei.
 - (E) os créditos adicionais são utilizados no exercício financeiro em que forem abertos e, os suplementares, para os dois exercícios financeiros subsequentes.